



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais)**

**Decolonialidade e mulheres negras:  
Resistência histórica e disputas narrativas**

Marivânia Conceição Araújo<sup>1</sup>  
Débora Cristina Sampaio do Valle<sup>2</sup>  
Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso<sup>3</sup>  
Amanda Salomão<sup>4</sup>  
Priscila Betania Pereira<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo propõe refletir sobre elementos da decolonialidade e disputas narrativas. Observa-se a resistência e luta das mulheres negras, cujas vidas foram atravessadas por inúmeras opressões, se fortalecem enquanto sujeitos coletivos sobre vivências e *escrivivências*. Objetiva retratar a decolonialidade como projeto ativo de resistência em contraponto a história contada e institucionalizada no imaginário social das populações contemporâneas, discutindo a condição de existência e resistência das populações negras, com ênfase na mulher negra. Trata do conceito de interseccionalidade como balizador das estruturas narrativas de mulheres negras que em movimento

<sup>1</sup> Professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM), Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da instituição (NEIAB/UEM). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). [mcaraujo@uem.br](mailto:mcaraujo@uem.br). [Marivânia Conceição Araujo \(0000-0002-0580-0109\) \(orcid.org\)](https://orcid.org/0000-0002-0580-0109)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC). Assistente Social graduada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Comunicação Popular e Comunitária e Gestão em Saúde (UEM). Membro do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques - IMNEAM e da Rede de acolhimento de Mulheres Nenhuma a Menos. [deboravalle1203@gmail.com](mailto:deboravalle1203@gmail.com) [pg403324@uem.br](mailto:pg403324@uem.br) [Débora Valle \(0000-0003-0173-5650\) \(orcid.org\)](https://orcid.org/0000-0003-0173-5650)

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM). Graduada em Serviço Social pela FAFIPA/PR, especialista em gestão em serviço social, responsabilidade social e sustentabilidade e neuropedagogia na educação. [pg403322@uem.br](mailto:pg403322@uem.br). [Caroliny Souza Nascimento Cardoso \(0000-0002-7957-4247\) \(orcid.org\)](https://orcid.org/0000-0002-7957-4247)

<sup>4</sup> graduação em Design de Moda - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2018), graduação em logística - Universidade de Mogi das Cruzes. INTERESSES DE PESQUISA: o fenótipo da mulher negra retinta, padrões de beleza, mestiçagem, cabelo crespo e política de embranquecimento, mulherismo africana, economia política etc. Atualmente trabalha como docente do curso técnico da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes e num projeto sobre emancipação e empoderamento da mulher [negra.amandalopesouza@gmail.com](mailto:negra.amandalopesouza@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-7353-3009>

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do de Maringá (PGC/UEM), pós-graduada em Gerenciamento de Departamento de Pessoal pela Universidade Cidade Verde (UNIFCV), graduada em Administração pela Universidade Paranaense (2013) e Curso em Processos Gerenciais pela Universidade Paranaense (2009). Atualmente é Docente da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACEC), possui mais de quinze anos de experiência em desenvolvimento humano em empresas nacionais e multinacionais. [pg403334@uem.br](mailto:pg403334@uem.br) [Priscila Pereira \(0000-0002-6209-1812\) \(orcid.org\)](https://orcid.org/0000-0002-6209-1812)



intencionam ocupar espaços e enegrecer a discussão acadêmica de construção de conhecimento.

**Palavras – chave: Mulher Negra, decolonialidade, interseccionalidade, narrativas negras.**

### **DECOLONIALITY AND BLACK WOMEN: Historical resistance and narrative disputes**

**Abstract:** This article proposes to reflect on elements of decoloniality and narrative disputes. It is observed the resistance and struggle of black women, whose lives were crossed by numerous oppressions, strengthen themselves as collective subjects on experiences and writings. It aims to portray decoloniality as an active project of resistance in contrast to the story told and institutionalized in the social imaginary of contemporary populations, discussing the condition of existence and resistance of black populations, with emphasis on black women. It deals with the concept of intersectionality as a guide to the narrative structures of black women who, in movement, intend to occupy spaces and darken the academic discussion of knowledge construction.

**Keywords: black woman, decoloniality, intersectionality, black narratives.**

## **1- INTRODUÇÃO**

*“Amar quem somos começa com a compreensão das forças que produziram quaisquer hostilidades que sentimos em relação à negritude e a ser mulher, mas também significa aprender novas formas de pensar sobre nós mesmas” (Hooks, 2019 p. 122)*

As reflexões sobre a mulher negra sua existência, resistência e sociabilidade tem provocado uma importante movimentação. Essa ação identitária não ocorre de forma natural, ela é uma representação coletiva que capacita a reconhecer semelhanças e diferenças entre nós e os outros/as. Reconhecer-se enquanto negra e negro é ação política de movimento, no entanto, há percalços e opressões intangíveis em sensibilizar e subjetivar ser negra/negro no Brasil e no mundo. Como ação política de movimento defendemos a autoidentificação negra e a ação coletiva, militância como ação direta de resistência.

O presente texto, como parte de uma pesquisa acadêmica, pretende discutir sobre os conceitos de decolonialidade e disputas narrativas na perspectiva da mulher negra. Sob esse viés, almeja tratar o diálogo como dimensão epistemológica do feminismo negro, sendo resistência e ferramenta de perpetuação de saberes. Além disso, parte do princípio de que as mulheres negras estão ecoando suas vozes, e por meio da fala, escuta e reconhecimento a formatação de movimento coletivo. Numa dialógica de debate, este artigo pretende tratar a discussão sobre o apagamento da história e cultura negra na averbação colonial.



No direcionamento do olhar mais afinado, propõe contribuir com a enunciação da mulher negra como sujeito coletivo de resistência e disputa epistemológica. Neste contexto, a resistência e luta das mulheres negras atravessadas por inúmeras opressões, se fortalecem enquanto sujeitos coletivos na denúncia sobre vivências e *escrevivências*, este último, termo cunhado por Conceição Evaristo<sup>6</sup>. *Escrevivências*<sup>7</sup>, recurso metodológico de escrita, que se vale da experiência de quem escreve para oportunizar narrativas que representam a experiência coletiva de mulheres. Saudando a potência literal de Conceição Evaristo – que discute a ausência de autoras e produções literárias negras na representatividade social – tomamos para investigação recortes do que a estudiosa define como *escrevivências*.

A primeira parte do trabalho realizará um breve aporte sobre o conceito de interseccionalidade como importante ferramenta na elucidação do discurso, narrativa e diálogos da mulher negra. Na sequência tratará de discutir a desumanização da mulher negra na história e a recorrente luta por ser tornar sujeito. Por fim a apreciação das ideias e dos ideais, a militância e enegrecimento acadêmico como impulsionador de reapropriação de história e subjetividades, movimento de continuidade das que vieram antes como propósito de denunciar as opressões infligidas as mulheres negras.

Iniciando a fase exploratória fora realizada uma revisão bibliográfica a partir de autores/as que tratam da temática, e discutem principalmente a condição de existência e resistência das populações negras, com ênfase na mulher negra. Numa perspectiva sócio histórica, este artigo pretende fundamentar uma pesquisa mais ampla sobre o tema de modo respaldar a elaboração de resistência e reexistência de mulheres negras no contexto decolonial. Desse modo o conceito de interseccionalidade vem balizar as estruturas narrativas de mulheres negras que se propõem em movimento ocupar espaços e enegrecer a discussão acadêmica de construção de conhecimento.

## **2- DECOLONIALIDADE E INTERESECCIONALIDADE: NARRATIVAS EM DISPUTA**

Com a proposta de apresentar disputas narrativas, esse capítulo visa discutir o debate de conceitos e a discussão de saberes, nessa fração textual, pretende-se dialogar

---

<sup>6</sup>Maria da Conceição Evaristo de Brito, Conceição Evaristo, é romancista, poeta e contista afro-brasileira e recebeu destaque por abraçar a linguagem em suas produções.

<sup>7</sup>O termo “escrevivências” consiste no “escrever viver”. Em suas palavras: “Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência*”. (EVARISTO, 2011, p. 5).



sobre os conceitos de decolonialidade e interseccionalidade. A decolonialidade será abordada neste trabalho a partir da produção dos autores Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado Torres e Ramón Grosfoguel. No livro intitulado Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico, constroem uma conjunção de textos de diferentes autores/as que contribuem para a discussão do conceito decolonialidade. Já na introdução do livro evidenciam a preocupação central sobre a descolonização e decolonialidade, “optamos por um sentido amplo que abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas” (COSTA et al, 2020 p. 9). A partir dessa elaboração conceitual, nos apropriamos dessas contribuições de forma a denunciar e “elucidar historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber” (COSTA et al, 2020 p. 10).

A despeito desse cenário, que ainda precisa ser avaliado cuidadosamente, uma das necessidades que emergem em todo o processo é a urgência da descolonização dos currículos, esforço que vem sendo empreendido pelos diversos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das universidades brasileiras. Essa Obviedade é uma necessidade para os diversos estudantes negros, que são, muitas das vezes, os primeiros de suas famílias a chegarem à universidade, que não querem reproduzir o cânone moderno/colonial, mas sim buscar de maneira ativa a produção do conhecimento a partir de suas experiências e vivências. Mas essa é também uma necessidade para aqueles situados no polo hegemônico da sociedade brasileira, que precisam passar por um processo de desimperialização, entendido como um modo de superar a arrogância que os fizeram ignorar outras formas de saber, de existência e de organização da vida político-social. (COSTA ET AL, 2020 p.18)

Os autores/as descrevem a defesa da decolonialidade como projeto político acadêmico inscrito em mais de 500 anos de lutas dos povos originários, populações africanas e afrodiáspóricas. No direcionamento às opressões do povo negro, a elaboração histórica colonial, invisibilizou e apagou da égide acadêmica, político e social a resistência, e luta política, atendo-se unicamente a condição e caracterização de escravizado. No qual o sequestro e diáspora africana apagaram os resquícios de humanidade constituinte da população negra. A decolonialidade neste trabalho será explorada como o enfrentamento da invisibilidade histórica, epistemológica e acadêmica de temas relacionados a história e memória de negros e negras.

É partindo desses, entre outros debates, que se pretende defender a importância do alocamento da raça como dimensão estruturante e ponto interseccional do sistema mundo moderno/colonial. Um princípio constitutivo daquele que pode viver, ver e saber. Desta forma a colonialidade para além de outras conceituações validadas, discorrerá aqui como “discursos e narrativas que invisibiliza o lócus de enunciação do negro” (COSTA et al, 2020 p. 10). Não obstante, dialeticamente, trataremos de afunilar essa discussão na historicidade das mulheres negras e suas narrativas.



Os signos, Mulher negra, existir, sobreviver, viver, não são trocadilhos ou narrativas superficiais. A identidade, aqui dialogada como gênero e raça, mulher negra, direciona ainda outros pontos somatórios de descrição e ou significação. É partindo desse olhar sobre gênero, raça e classe que a perspectiva do conceito de interseccionalidade será explanada tendo a mulher negra o lugar de protagonista.

A discussão sobre interseccionalidade neste texto, estará pautada principalmente nas contribuições do feminismo negro, sabendo ele foi cunhado por uma mulher negra. Dialogando inicialmente sobre as formas de atravessamentos e sobreposições, saudaremos algumas mulheres que durante o percurso de vida pessoal e acadêmica, objetivaram seus estudos em atenção a esse tema. A apreciação da teoria interseccional como articulação metodológica de propositura de feministas negras, reassume as bagagens ancestrais extraviadas, atenta, portanto, a incursão sobre a invisibilização das existências e potências femininas negras. Interseccional, traduz, pontos de cruzamento, encontro, sobreposição. A pesquisadora Carla Akotirene, em suas produções, provoca a argumentação e em contestação elucida a presença e as narrativas da mulher num panorama desigual.

Carla Akotirene (2020), dialoga sobre essa perspectiva que incorre de uma trajetória não linear, não objetiva e não neutra. A interseccionalidade rompe com a propositura de um olhar sobre mulher, ou ainda sobre um feminismo universal e problematiza as singularidades do ser mulher atravessada por esses pontos interseccionais. Akotirene disserta sobre a necessidade de descolonizar as teorias e reverbera os textos da intelectual brasileira Lélia Gonzales, adicionado às contribuições de autoras afroamericanas como Patricia Hill Collins, Angela Davis e Bell Hooks.

Mulher Negra, socióloga norte americana Patrícia Hill Collins retrata em seus escritos acadêmicos a importância do conceito interseccionalidade, ademais propõe um olhar mais apurado em relação a produção do conhecimento e disputa epistemológica. Discute a importância da validação do conhecimento acadêmico, entre eles o reconhecimento que expressa interesses específicos nos processos de certificação da produção.

Eu abordo o pensamento feminista negro como situado em um contexto de dominação e não como um sistema de ideias divorciado da realidade política econômica. No mais, eu apresento o pensamento feminista negro como conhecimento subordinado por meio do qual as afro-americanas há muito lutam para encontrar lugares alternativos e epistemologias que possam validar suas próprias auto definições (COLLINS, 2020 p.164).

Os processos de validação pautados no colonialismo, refletem os interesses de homens brancos da elite acadêmica, econômica e cultural, haja vista que essas esferas são



controladas por esse grupo. Diante a não representação, ou não apropriação de outros sujeitos nesses espaços de validação da apreciação de ideias divergentes do vislumbre hegemônico - enfrentamento das interpretações dos homens brancos sobre o mundo – não há a contestação dessas sedimentações.

É neste viés que faz-se importante recorrer a pesquisadora brasileira Nilma Lino Gomes que reitera a importância em “dar relevo” às produções acadêmicas da intelectualidade do movimento negro como ferramenta recorrente para descolonizar os currículos e a produção do conhecimento.

Nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico é que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade. Ela nos remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais. Portanto, falamos em tensões, disputas de práticas e de conhecimentos. (GOMES, 2020 p.227)

Contribuindo com a mesma potência e posicionamento político, a filósofa, antropóloga e professora, mulher negra em movimento, Lélia Gonzales, elabora sua trajetória acadêmica amplifica essas disputas narrativas. Somada as suas vivências e *escrevivências*, militava e articulava no enfrentamento do racismo, sexismo e exploração capitalista. Em defesa da identidade política da mulher negra, Gonzales, prenunciadora, problematiza a questão étnica racial, antecedendo o surgimento do capitalismo, ou ainda, problematizando a questão racial como estruturante do sistema capitalista.

Tanto o sexismo como o racismo partem de *diferenças biológicas* para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como *racismo por omissão* e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. (GONZALEZ, 2020 p.141)

Nas *pretitudes* conceituais, a interseccionalidade é concebida pelas mulheres negras como teoria e luta política, notificando as iniquidades refratadas ao povo negro e em especial a mulher negra no Brasil.

“...é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2020, p.24). Devido ao recurso, ferramenta de disputas narrativas, a autora aqui citada, recorre ao discurso feminista da personalidade Sojourner Truth, mulher negra norte americana, para balizar a articulação intelectual dos pontos interseccionais de raça, classe e gênero. Essa evocação, sugere a apropriação desse viés de análise, um conceito político que forneça parâmetros de análise dessas opressões que interligadas e somadas, são vivenciadas simultaneamente de forma indiscriminada e amalgamada no SER mulher negra.



Recorremos à produção e *escrevivência* da escritora e doutora honoris em 2021, Dra. Carolina Maria de Jesus.

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. **A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.** (JESUS, 2020 p.167, grifo nosso)

A somatória é mais que matemática, não resultado de um cálculo, mas sim oblíquo e transversal da vida de mulheres negras. E como o racismo se estrutura como um sistema de opressão multifacetado que distingue a partir de desigualdades o ser e o não ser. A elaboração da epistemologia feminina negra atua como produção decolonial, há o impulsionamento das histórias peculiares, a elaboração de saberes coletivos, as condições históricas de existência, pertencimento, identidade. A sedimentação desse conhecimento, se potencializa na consolidação de diálogos e narrativas contínuas de processos de empoderamento, ao manifestar experiências vividas. As intelectuais insurgentes que, resilientes, denunciam os processos dominantes de validação, abrem caminho para a elaboração e reconhecimentos de novas narrativas.

### **3 - MULHER NEGRA – DA COISIFICAÇÃO AO “RECONHECIMENTO” DE CIDADANIA- A perpetuação, são retratos do colonialismo**

O Antropólogo e professor Dr. Kabengelé Munanga, há tempos discute a questão da negritude, e sobre os retratos do colonialismo discorre:

*a sociedade colonial teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos).* (MUNANGA, 2020, p.23)

Esse equilíbrio para a branquitude é polo de tensão ao povo negro entre outros povos oprimidos e/ou silenciados. É neste incômodo, que sempre existiu, que a resistência se propõe também a ocupar e enegrecer o campo da produção do conhecimento.

O colonialismo é estratégico, e com a astúcia de silenciamento e apagamento utiliza-se de diferentes artimanhas e descréditos. Como pontua a escritora e psicóloga Grada Kilomba, em referência a um objeto símbolo de silenciamento, a *máscara do silenciamento* se situa exatamente no ato de emudecer um dos principais instrumentos de enunciação, da oralidade, da fala, a boca.



Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante a minha infância. A máscara que *Anastácia* era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a *máscara do silenciamento*. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. (...) a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os "Outras/os": Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p33)

Kilomba (2019) trata de enunciar as memórias do colonialismo, descrevendo-o como um trauma colonial que penetra e rememora o cotidiano presente. Essa ferida é então constante e não pode ser esquecida, sobretudo, é do reconhecimento deste que a mitificação é impugnada. No debate da história e do reconhecimento das narrativas negras que a proposta de decolonialismo se constitui.

Militante, teórico e político insurgente representou, ocupou e enegreceu espaços decisórios no Brasil, Abdias do Nascimento, discute para além das questões raciais a afirmação precisa sobre o genocídio negro brasileiro, neste disposto, trata de elucidar também em alusão à ferida. "As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país" (NASCIMENTO, 2016, p.97).

Sem embargos e em consonância as ideias e ideais de recriar potencialidades, a escritora, médica psiquiatra, mulher negra Neuza Santos Souza, enaltece "umas das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo" (SOUZA, 2021, p.45). Daí a importância do empoderamento e autonomia feminina negra em querer e poder falar por si. Tópico coletivo de reconhecimento, de enegrecimento e ruptura das correntes e opressões de silenciamento, a produção e lugar de fala a partir do feminismo negro.

O feminismo negro não é aditivo de outros feminismos, e sim formulação própria a partir da experiência e construção de identidades. Sendo a experiência vivida critério de significação. Conforme dialoga Patrícia Hill Collins (2020) "Enquanto membros de um grupo subordinado as mulheres negras não podem se dar ao luxo de serem tolas, uma vez que a sua objetificação como "outras" as nega a proteção conferida pela pele branca, pela masculinidade e pela riqueza" (COLLINS, 2020 p.149).

O feminismo negro pauta o reconhecimento de singularidades e o enfrentamento da caracterização universal do SER MULHER. Objetiva o movimento de inserir outras vozes e outros pensamentos, é democratizar, coletivizar e ocupar espaços de fala que traduzem trajetórias amalgamadas de mulheres negras que se assemelham nos obstáculos e lutas. Muitas com origens análogas, de não ser, não existir, têm suas rotas e itinerários que deságuam em futuros diferentes mas entrecruzam entre si.



Há sim a contestação de legitimidade, mas não há neutralidade na ciência e na produção de conhecimento. Joan W. Scott, escritora, feminista branca, já em seus atravessamentos interseccionais de gênero e atuação acadêmica insiste na importância em se desconfiar das certezas prontas e obviedades. Neste espaço de dúvidas, há então a insurgência, provocar dúvidas e proporcionar entraves de narrativas negras em contraponto a colonialidade do poder já há tanto exercida. A legitimidade é um questionamento que a autora propõe deixar transitável, é destas interrogativas que ela prefere o paradoxo, que aqui utilizamos, como polo paradoxal do intento ao lugar de narrativa, de fala, de existência.

Provocado esse espaço de fala, que as mulheres ocupem seus lócus de distinção e protagonismo. Neste viés, a importância das ações afirmativas no reconhecimento das desigualdades, é desigual, então tratemos de reconhecer e problematizar. Tal paradoxo discutido por Scott engendra o descrito como equilíbrio constante de tensão. É portanto, a partir de espaços de tensionamento que as mulheres negras, de forma peculiar, atuam em suas validações e reconhecimentos individuais a partir da constituição do coletivo.

Por fim, retomando Collins (2020), a contextualização da mulher negra deve partir propriamente de suas vivências e construções coletivas, sendo autoral e subjetivo, estratégia de enfrentamento da ótica colonizadora já tão difundida. É resistência, é luta contra o apagamento, invisibilidade e subalternidade.

...aprender sobre essas mulheres que ousaram afirmar suas subjetividades radicais é parte da autorrealização da mulher negra. Atingir o poder, a identidade, a subjetividade radical não pode acontecer no isolamento. Mulheres Negras precisam estudar as obras, críticas e autobiográficas, daquelas mulheres que desenvolveram seu potencial e escolheram ser sujeitas radicais. (HOOKS, 2020 p. 235).

A filósofa e escritora Sueli Carneiro, pesquisadora do tema étnico racial e defensora da pauta de mulheres negras apresenta:

...constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011 p. 128)

E é sobre isso, a ação além de ser epistêmica, acadêmica tem que ser política. Não há ingenuidades de grandes transformações estruturais, mas há o tensionamento e enegrecimento político para também pela ação política democrática ter mais mulheres negras ocupando os espaços de decisão política.

Assim posto, um Brasil pra todos que aspira profundas transformações estruturais tem de romper, em seu planejamento estratégico, com os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as



desigualdades raciais e consequentemente postergando o seu enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem de expressar essas dimensões. (CARNEIRO, 2011 p. 161)

E quando o aporte do reconhecimento da cidadania é ainda de status inferior ao homem, sustenta a *asfixia social* nas palavras de Carneiro (2011) e a base de estruturação das opressões na sociedade brasileira. Um contexto de dor e enfrentamento, mas que ocupa em efervescência a ânsia constante por deslocamento, retomando Stuart Hall, citamos novamente a autora:

A distância entre homens e mulheres negras expressa, diferentemente, o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social para posições na hierarquia, onde sexo e raça atuam cumulativamente para configurar as desvantagens da mulher negra mesmo em relação ao homem negro, e que as ideologias de ascensão social e de embranquecimento tendem a incrementar. (CARNEIRO, 2020 p. 57)

É questão de raça, é questão de gênero e a teoria interseccional sustenta e objetiva a mulher negra em movimento. Esse é o desfecho, é paradoxo, é denúncia, é ação e tencionamento epistemológico.

#### **4- CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES: COLONIALIDADE X DECOLONIALIDADE E A MULHER NEGRA NO BRASIL**

A colonialidade x decolonialidade é também uma questão de acesso. Em referência ao que nos informa Nilma Lino Gomes, "... a colonialidade se materializa no pensamento e na postura arrogante e conservadora" (2020 p 231). E ela continua, provocando com perguntas urgentes "...teremos sempre que nos reportar aos mesmos autores e aos mesmos clássicos para interpretar e compreender nossa realidade?" (p.232). Parafraseando a autora "descolonizar é fomentar a democracia e fazer luta antirracista".

A compreensão de que existe uma perspectiva negra decolonial brasileira significa reconhecer negras e negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações (GOMES, 2020 p. 235)

Munanga (2020) dialoga vertendo na mesma sintonia de Gomes (2020) e notifica o padrão nefasto de sufocamento que se dá a partir do colonialismo.

Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiravam. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Negro torna-se, então sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma



mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. (MUNANGA, 2020 p. 21-22)

Do colonialismo e sua constituição, a estruturação do sistema de opressão racista se mantêm como importante dispositivo de desumanização do negro. Um dos projetos mais bem-sucedidos no Brasil é a perpetuação do racismo, dada a sua constituição estrutural, nele são questionadas identidade, destituição de humanidade, autorrejeição, concebendo a partir de seu arsenal, político, cultural e social, prejuízos inimagináveis as construções de subjetividades e persuadindo de sobremaneira a sociabilidade brasileira.

No enfrentamento desse racismo adicionamos ao texto a presença e atuação pungente do Movimento Negro:

o Movimento Negro, ao longo da nossa história, contradiz as visões coloniais e racistas. Todo esse processo epistemológico e emancipatório resulta da ação de negras e negros como atores políticos orgânicos da diversidade de movimentos negros ou educados e reeducados por eles. (GOMES, 2020 p. 241-242)

Não é por acaso que o sociólogo Aníbal Quijano (2005) já acautelava a discussão acerca de raça fundamenta a teorização do debate decolonial.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (QUIJANO, 2005, 118)

Aqui Quijano(2005) exemplifica como essa ideia se propagou, e se perpetua, na naturalização de superioridade. A discussão do autor se situa numa análise da colonização das Américas, no entanto, descreve a colonização do poder elencado sobretudo, da superioridade europeia sobre todo o globo. Não obstante, podemos evidenciar manutenções de imperialismos, e que dada os cânones da ciência, a valoração das epistemes europeias.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2006) faz menção a continuidade das descontinuidades como característica da sociedade da modernidade tardia. Dessa descontinuidade ou “rompimento” com o tradicional é descentrado, deslocada. Sobretudo, as forças de rompimento ou manutenção são desiguais, mas podem infundir em continuidades ou novas identidades e sobre como pensar esses sujeitos. Todavia, esse “deslocamento” abre-se em paradoxo a “ocupação” por outros sujeitos na reivindicação de espaços de fala, articulação discursiva, que aqui tomamos por referência a pauta de mulheres negras a partir de suas narrativas.



Reconhecer a existência de uma perspectiva negra decolonial brasileira significa romper com o eurocentrismo no campo do conhecimento e admitir que ele passa a interpretar a raça no contexto das relações de poder. (GOMES, 2020 p. 241-242)

É de fato, demasiada importante, a discussão na teoria as questões étnico raciais sem ausentar-se ao engajamento político e ação de movimento. Desvelar o racismo é descolonizar currículos. E efetivação das ações afirmativas significa enegrecer espaços e oportunizar novas dialógicas narrativas imbuídas de interseccionalidades. É ser de fato sujeitos e sujeitas de uma história a ser elaborada e reconhecida.

na medida em que se afirmam sujeito de história, conhecimento e culturas, as negras e os negros afirmam e reafirmam formas alternativas de ser humanos e sujeitos de direitos não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade e cidadania (GOMES, 2020 p. 241)

Elaborar e produzir “novos” conhecimentos a partir de suas histórias e vivências é contemplar as contribuições de Gomes, “tais narrativas são construídas por negras e negros, entendidos como produtores de conhecimento e de teoria, e que ao fazerem isso, movimentam a ciência e a política” (GOMES, 2020 p. 244). O propósito de ruptura e engajamento histórico é continuidade de Dandara, Luiza Mahin, Anastácia, é descolonizar os saberes já tão disseminados e ovacionados e propor não um “novo” mas sim restituir o silenciado.

Estamos no momento de estudar mais esse pensamento e essa perspectiva produzidos, no Brasil, pelo movimento Negro e pelos Negros em movimento e na luta contra o racismo, pela justiça social, cognitiva e pela democracia. É chegada a hora de introduzir e considerar o conjunto dessa produção dentro do campo dos estudos decoloniais da América Latina. (...) São sujeitos e conhecimentos que buscam, interpretam, indagam, produzem e fazem disputa por outras narrativas. Narrativas negras. Narrativas diaspóricas. Narrativas que compõem a diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico eivadas de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência. (GOMES, 2020 p. 244)

Decolonizar é romper é confrontar, tensionar uma hegemonia epistêmica e buscar a consolidação de uma história e cultura há tempos depredada e desbotada. É colorir de outras cores as estruturas dominantes e de dominação e deixar fluir inquietações do que foi invisibilizado é promover percepções de existência, pertencimento e valoração. Essa construção se dá, a partir do movimento de apreender, de enegrecer e também produzir narrativas.

## **5-CONSIDERAÇÕES FINAIS**



*“Mil nações moldaram a minha cara  
Minha voz uso pra dizer o que se cala  
O meu país É meu lugar de fala*

*(Elza Soares, O que se cala - 1930-2021)*

No Brasil, enquanto a discussão racial não estiver pautada no âmbito acadêmico ou ocupar teor político palpável e objetivo, se perpetuarão a manutenção do desprestígio da história e contribuição negra. Os avanços do reconhecimento e validação das narrativas e discussões acerca dos paradigmas das contribuições das negras e negros, e de forma salutar a contribuição das mulheres negras é urgente e necessária.

Há de sobremaneira contestações sobre a legitimidade das produções de mulheres negras, na qual as epistemologias validadas são frequentemente cobradas e retomadas como conceitos universais de ser e saber. Pontuação como essa já fora retratada em parágrafos anteriores, mas esse é um dos pontos centrais da disputa narrativa encampada por mulheres negras em movimento.

O tensionamento e a luta constante por espaço de fala é uma porta que se abre, não por comodismo ou caridade, mas uma porta que foi fortemente tensionada a abrir. Lócus de reexistência da mulher negra em que há a possibilidade de elucidar a produção dos saberes sob sua ótica, sua singularidade. Neste contexto, faz-se importante o questionamento contínuo em relação a produção nas ciências sociais e os critérios de pertinência nas discussões propostas.

Mais do que números, as mulheres negras são sujeitos de história. Imbuídas de subjetividades e vivências, resistem e reexistem conduzindo suas vidas atravessadas por inúmeras opressões interseccionais. Sobretudo, almejam (e devem ser instadas a almejar) ocupar diferentes espaços e inclusive a academia, como espaço de disputa na validação do conhecimento e reconhecimento, objetivam enegrecer e valorar as experiências, sobrevivências e narrativas singulares.

Por meio da análise do apagamento epistemológico, da colonialidade somado ao racismo, a vivência da mulher negra nos seus atravessamentos interseccionais impelem influência na sua sociabilidade. Escrever sobre essa existência e resistência produz história, produz narrativas. Tal qual nos agracia Dra. Carolina Maria de Jesus, que a partir do seu cotidiano, disputa narrativas literárias e denuncia suas vivências e realidades de opressão.

As quatro horas comecei a escrever. Quando eu desperto custo a adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras de Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, ai eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras. (JESUS, 2020 p. 85-86)



A produção cotidiana, a militância e o diálogo como disputas narrativas, nas ações insurgentes de mulheres negras, atuam na fundamentação de decolonialidade e enunciação da negritude. Não é somente dor, mas reconhecimento, existência e reexistência. É saudar a presença de mulheres negras que contam suas histórias, como fizeram Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, por exemplo, socializam seus saberes cotidianos dialogam como as vivências interseccionais.

Lélia Gonzales já dizia, mulheres negras não compartilham somente a história de opressão é preciso conhecer os caminhos de luta percorridos nessas opressões, daí a importância da resistência e reexistência de narrativas, literatura, produções negras, cultura, arte, moda e tudo mais a que ela, mulher negra, queira ocupar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**/Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2020. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**/ Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BERTH, Joice. **Empoderamento**/Joice Berth. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Prefácio Conceição Evaristo, Apresentação Djamila Ribeiro. - São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Epistemologia feminista Negra**. In: COSTA, J, TORRES, N, GROSGOUEL (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 139-170)

COSTA, Joaze Bernardino, TORRES, Nelson Maldonado, GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. In: In: COSTA, J, TORRES, N, GROSGOUEL (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 9- 26)

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos**. In: In: COSTA, J, TORRES, N, GROSGOUEL (Org.). Decolonialidade e



pensamento afrodiaspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 223-246)

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro Latino Americano: Ensaio Intervenções e diálogos**/Org. Flávio Rios, Márcia Lima – 1ª ed. - Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro. DPA Editora, 2006.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Tradução Bhuvi Libanio. 6ª ed – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 2020.

JESUS, Maria Carolina de [1960]. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1ªed – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SCOTT, Joan W. **O enigma da Igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis-SC, 13/1-216, janeiro-abril, 2005, p11-30.

MUNANGA, Kabengelé. **Negritude: usos e sentidos**. (Coleção Cultura Negra e identidades) -4ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed – São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.) *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 107-130).

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Coleção Feminismos Plurais. Letramento: Justificando. Belo Horizonte – MG, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo do feminismo Negro?/Djamila Ribeiro** – 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2018.